

36° Encontro anual da Anpocs

Grupo de Trabalho n° 27 – Pensamento Social no Brasil

Os “Homens” do Estado Novo

Pedro Rolo Benetti

2012

1. Introdução

Antes de passar à análise do material encontrado na revista *Cultura Política*, é importante tecer algumas considerações de ordem metodológica, no sentido de esclarecer as referências que perpassam o estudo. Esta parte introdutória está dividido em duas seções, sendo uma dedicada à História dos Conceitos e a outra à revista *Cultura Política*. Por um lado, é preciso definir de maneira mais clara as origens da idéia de se trabalhar com um conceito como unidade de análise. Ainda que o objetivo aqui não seja o de fazer uma história do conceito de “homem”, segue sendo fundamental expor as influências que informam uma abordagem como a proposta.

Por outro, é pertinente inscrever este trabalho num contexto acadêmico mais amplo de estudos acerca da vida intelectual brasileira na década de 1940. Nesse sentido, ao dedicar algumas linhas ao lugar da revista *Cultura Política*, pretendo discutir obras que permitiram a abertura deste campo. A idéia aqui não é abranger todo o debate sobre a relação entre intelectuais e Estado no período, mas sim pensar no lugar de *Cultura Política* a partir de reflexões mais recentes sobre o tema. Tendo-se em vista que o objetivo desta seção se concentra na compreensão da revista e de seu lugar no quadro intelectual do Estado Novo, muitas referências no estudo da intelectualidade do período não aparecem no diálogo. Esta é apenas mais uma das escolhas determinadas pela natureza do processo produtivo em um espaço de tempo curto. De toda forma, esta introdução deve fornecer informações importantes para a compreensão mais geral do trabalho.

2. Considerações metodológicas – as reflexões de Reinhart Koselleck

As pesquisas do historiador alemão Reinhart Koselleck se apoiam em duas pernas, sendo uma de caráter mais metodológico e outra de natureza mais teórica. Ainda que alguma separação temática possa ser verificada na análise de seus textos, a maioria dos escritos deixados pelo autor transita entre essas duas faces de sua reflexão. Por um lado, seus textos mais próximos do que se poderia chamar de teoria não deixam de revelar sua aproximação metodológica dos objetos escolhidos. Por outro lado, em suas formulações metodológicas, os exemplos escolhidos são sempre relativos ao período sobre o qual teoriza, o que traz a estes textos uma reflexão que se pode considerar teórica.

Essa divisão esquemática entre teoria e metodologia atende ao objetivo de facilitar uma primeira aproximação com a obra do autor. Koselleck é um historiador, e não um cientista social, mas suas reflexões são marcadas pela investigação de um tema caro à sociologia, o nascimento da modernidade. É a partir do desejo de compreender a origem e as características da modernidade que este historiador orienta sua pesquisa. Essa é a razão pela qual, do ponto de vista teórico, seja possível aproximá-lo de autores das ciências sociais e colocá-lo em debate com as teorias correntes. Mas seu interesse na gênese do mundo moderno tem um recorte definido no tema da linguagem. A apreensão do novo momento vivido pelo homem a partir do plano linguístico constitui o centro da atividade acadêmica de Koselleck. Ele se dedicou, ao longo de sua carreira, à compreensão das maneiras pelas quais essa modernidade se traduziu linguisticamente e, mais além, dos efeitos do mundo moderno sobre a organização do vocabulário político e social correntes.

Esse longo caminho que parte de uma metodologia – a História dos Conceitos – e passa por uma consideração teórica – seu estudo da apreensão linguística da Modernidade – tem como ponto de chegada uma reflexão meta-teórica, qual seja, a compreensão das condições de possibilidade da História. Ele pensa na maneira como as categorias do tempo – passado, presente e futuro – determinam a forma do homem se entender no mundo. A partir disso é que se tornam possíveis os diferentes tipos de História que já se pensaram em outros momentos e no atual. É essa a estação final de seu percurso intelectual.

O método de análise linguística desenvolvido por Koselleck não está necessariamente ligado às suas reflexões sobre a modernidade. Em teoria, é possível fazer História dos Conceitos em qualquer tempo histórico, a depender das fontes disponíveis. A premissa fundamental deste método é a de que a realidade só se torna possível a partir de sua mediação linguística. Embora o mundo não seja linguisticamente constituído, ou seja, embora exista uma dimensão material que conforme o mundo, a língua é fundamental para viabilizar as relações sociais. Um evento histórico só adquire essa condição a partir de sua apreensão no campo da linguagem. Da mesma maneira, a forma como os atores mobilizam o vocabulário político e social disponível limita as possibilidades de ação existentes em cada contexto analisado. Assim sendo, ainda que a linguagem não constitua sozinha a realidade, ela é uma condição para a constituição da

mesma e um elemento ativo na conformação do mundo material. Mais do que isso, ela é um elemento sem o qual não se pode fazer política ou História. De acordo com as premissas da História conceitual, o conceito não é apenas representação, sintoma de algo. Ele é também uma parte fundamental da própria construção da realidade social. Koselleck se opõe à noção de que a língua é a última instância do processo de apreensão histórica. Na verdade, o conceito articula-se a um contexto sobre o qual pode atuar, modificando seu próprio objeto de descrição. Advém daí a necessidade de estudar a História dos Conceitos sempre em conjunto com a História Social.

A História dos Conceitos seria, portanto, uma dimensão fundamental do estudo da História, mas algo que segue tendo esse estatuto, de uma dimensão da História e não de sua totalidade. Com isso, o que se afirma é que a compreensão das transformações conceituais não é suficiente para o entendimento das transformações estruturais processadas no mundo material. Inclusive, a História dos Conceitos é pensada de maneira quase subsidiária à História Social, confirmando a impossibilidade de substituir um estudo por outro. A idéia que se constrói nessa reflexão é a de desenvolver duas agendas de pesquisa complementares e interdependentes. A História Social não é passível de realização sem uma História dos Conceitos adequada, que a auxilie. No entanto, esta História dos Conceitos não rompe esse limite, de uma ferramenta na compreensão de um universo mais complexo, que a transcende.

Em sua busca pela apreensão do universo lingüístico, Koselleck se concentra nos conceitos como elementos fundamentais da constituição de sua agenda de pesquisa. O autor alemão ressalta que os conceitos são a base de qualquer unidade de ação política, lembrando, no entanto, que o processo de sua formação é complexo e envolve questões que transcendem os limites puramente lingüísticos. Por esse motivo, é preciso entender o que diferencia um conceito dos demais termos de uma língua. Enquanto uma palavra tem um sentido unívoco, um conceito é, por definição, polissêmico. Cada palavra remete a um significado e a um conteúdo, mas isso não quer dizer que se possa teorizar sobre a mesma. Os conceitos, por sua vez, são palavras acerca das quais se pode teorizar. Um conceito é um campo aberto de disputa, no qual diferentes atores sociais investem diferentes significados e expectativas. O conceito é sempre múltiplo, seja do ponto de vista temporal (em que diferentes significados o acompanham e deixam de acompanhá-lo numa linha de desenvolvimento do tempo), seja do ponto de vista das disputas políticas

do dia-a-dia, que fazem com que ele comporte diversos significados de maneira simultânea.

Assim sendo, os conceitos têm um duplo caráter. Eles são diacrônicos na medida em que sua utilização depende de um acúmulo de significados que se processa no tempo e pode ter continuidade para além do momento de seu uso. Sempre que um ator social faz referência a um conceito, ele o faz no sentido de evocar algum dos significados que em algum momento acompanharam aquele conceito. A idéia é que a própria comunicação exige uma dimensão diacrônica, uma vez que a inteligibilidade só é possível num plano em que os significados são compartilhados por todos os interlocutores. A construção de narrativas de transformação privilegia por natureza essa dimensão diacrônica. Esse é o caso da teoria da modernidade desenvolvida por Koselleck, na qual ele busca apreender um processo de substituição do vocabulário político alemão no alvorecer da modernidade, entre 1750 e 1850, aproximadamente.

Por outro lado, eles são sincrônicos no sentido em que cada vez que um ator social os utiliza, ele faz uma referência particular. Ou seja, cada uso do conceito tem um significado particular em um momento particular, ainda que evoque significados passados ou presentes contidos no conceito. Embora o uso de um conceito seja sincrônico, a recepção pressupõe uma diacronia, reforçando este caráter duplo dos conceitos. Defende-se então a noção de que toda sincronia comporta uma diacronia, que por sua vez constitui um objeto privilegiado do estudo da História conceitual. A dimensão sincrônica é privilegiada no estudo de eventos, enquanto a diacrônica permite a apreensão de grandes transformações, de caráter mais estrutural. A estrutura temporal dos conceitos é sempre complexa, o que impõe uma série de escolhas decisivas ao historiador. A compreensão deste complexo esquema de significados no interior de um conceito exige sua inserção num contexto mais amplo.

As técnicas da História dos Conceitos são diversas e envolvem a análise de variadas fontes, como textos acadêmicos, jornais, revistas, documentos de governo, dicionários e outros. Do ponto de vista teórico-metodológico, o historiador dos conceitos deve alternar entre abordagens onomasiológicas e semasiológicas. Enquanto a primeira parte do significado para a compreensão do significante (ou seja, busca apreender os diferentes termos usados para traduzir uma noção específica), a última parte do

significante para o significado (tentando abarcar os diferentes conteúdos impressos em um mesmo termo). A História conceitual busca transitar entre estas duas abordagens de maneira a construir um conhecimento que permita produzir a História concreta de forma mais precisa e, por consequência, não-anacrônica.

Nas palavras do próprio Koselleck:

“a História dos conceitos evidencia a diferença que predomina entre um núcleo conceitual do passado e um núcleo conceitual contemporâneo, seja porque ela traduz o antigo uso lingüístico, ligado às fontes, de modo a defini-lo para a investigação contemporânea, seja porque ela verifica a capacidade de rendimento das definições contemporâneas de conceitos científicos. A História dos conceitos abrange aquela zona de convergência na qual o passado, com todos os seus conceitos, adentra os conceitos atuais.” (Koselleck, 2006, p.116).

Em suma, a História dos Conceitos consiste nesse esforço de elaboração de um quadro teórico-metodológico que permita a articulação de um conhecimento histórico que integre as questões materiais ao mundo do pensamento e da construção linguística.

Fazer uma história do conceito de “homem” requereria bastante mais tempo e pesquisa do que a que se apresenta aqui. Justamente por perceber a linguagem como um campo de disputa, a história dos conceitos pressupõe a análise de um vasto conjunto de fontes, preferencialmente numa escala temporal um pouco maior. Uma voz “oficial” como a revista Cultura Política teria de ser apenas uma das fontes mobilizadas nesse esforço, que obviamente incluiria um universo maior de atores sociais – meios de comunicação, opositores do regime, discursos oficiais, entre outros. Nesse quadro, a opção pela revista Cultura Política privilegia apenas um dos muitos olhares dos quais este conceito poderia estar investido. Por mais que consista numa fonte bastante diversa em sua composição, o periódico não deixa de ser uma voz que parte de dentro do regime. Nesse sentido, ainda que veicule discursos articulados por figuras associadas à oposição, não se pode falar numa representatividade plena de todas as forças da sociedade.

Por isso, ao trazer as reflexões de Koselleck, a intenção não é a exposição de uma metodologia que se aplica ao trabalho de maneira integral. Na realidade, trata-se mais de uma inspiração teórico-metodológica do que de um método utilizado. Isto significa que, ao tratar de conceitos e de sua mobilização no debate público, é a perspectiva koselleckiana de disputa no terreno lingüístico que informa a abordagem. Em outras palavras, a importância desta exposição é o esclarecimento de que o tratamento conferido

à análise do conceito de “homem” na revista sofre esta influência de maneira direta. Assim sendo, ao analisar o(s) “homem(ns)” de Cultura Política, este trabalho se empenha na compreensão da polissemia comportada no vocábulo, buscando suas possíveis manifestações no âmbito da revista. Da mesma forma, as reflexões acerca do tempo, da experiência e da expectativa representam uma influência mais indireta, que acompanhou o processo produtivo de maneira geral. Assim como o nascimento da modernidade européia, as décadas de 1930 e 1940 no Brasil representaram um momento de profundas transformações do ponto de vista da linguagem política e social. Autores da área de pensamento social pesquisaram estas transformações de formas variadas, especialmente por meio de estudos sobre os intelectuais da época. Este é mais um aporte a este universo já constituído.

3. Considerações sobre a revista Cultura Política

A revista Cultura Política circulou de maneira ininterrupta entre março de 1941 e outubro de 1945. A responsabilidade pela publicação do periódico era do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado no ano de 1939 em substituição ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. O DIP era ligado diretamente à presidência da república e gozava de status ministerial, além de recursos abundantes. A centralidade deste departamento revela a importância atribuída à difusão de uma imagem positiva do governo na sociedade. Mas não só isso. Publicações como Cultura Política incluíam o conhecimento do Brasil dentre seus objetivos. Nesse sentido, pretendia-se que a revista fosse um espaço para a pesquisa e divulgação dos elementos que constituíam o “verdadeiro” Brasil, em todos os aspectos, dos naturais aos sociais e políticos.

Essa característica torna o periódico mais complexo do que um simples folheto de propagandas do governo. Ainda que fosse uma voz oficial, a revista Cultura Política dialogou com intelectuais de diversas correntes, apreendendo boa parte do debate existente em diferentes áreas, como no caso da educação. Isso não significa que a publicação fosse neutra:

“Em síntese, a Cultura Política congrega os "grandes intelectuais", responsáveis pela criação de uma determinada concepção de mundo, informadora do discurso autoritário. A importância desses intelectuais é notória no conjunto do projeto ideológico estado-novista, dado que os seus discursos servirão como paradigma para toda uma camada de "intelectuais médios", que se prontificarão a difundi-lo para o conjunto da sociedade.” (Velloso, 1982, p.81).

Em muitos dos campos de conhecimento tratados no periódico pode-se identificar uma linha editorial clara e o favorecimento de uma ou outra perspectiva no debate. O caso da educação é paradigmático. Apesar de comportar certa pluralidade dentre os articulistas que contribuíram no tema, na revista prevaleceu uma linha editorial favorável ao projeto católico articulado ao longo dos anos 1930 – uma vez que os limites do que era publicado estavam determinados pelos princípios defendidos neste projeto. Deprendem-se desse exemplo a complexidade e a heterogeneidade presentes no corpo da publicação. Em decorrência desta natureza complexa, qualquer estudo que tenha a revista como fonte precisa recorrer a uma análise cuidadosa dos debates correntes na sociedade daquele período, de maneira a captar as nuances de diferentes projetos que possam estar expressos no periódico.

Ao tomar Cultura Política como fonte, duas figuras emergem como fundamentais para a compreensão do conteúdo da revista e de seu lugar dentro do projeto e da burocracia estadonovistas. Lourival Fontes e Almir de Andrade foram os responsáveis pela concepção daquilo que se tornaria uma das principais expressões intelectuais do Estado Novo, a revista Cultura Política. Enquanto o primeiro esteve à frente do DIP entre 1939 e 1942, o último foi o editor da revista durante todo o período em que a mesma circulou. A influência de ambos sobre o resultado obtido é evidente. A demissão de Lourival, considerado um germanófilo dentro da estrutura de governo, teve impacto significativo sobre o conteúdo da revista. Por essa razão, é comum a afirmação de que a revista tem duas fases¹:

“Abrindo-se um exemplar da revista em sua primeira fase, estamos diante de uma divisão temática explícita que sugere que a cultura ocupava aí um lugar por si mesma, independente dos temas políticos. E em certo sentido era assim, na medida em que os colaboradores da seção cultural parecem ter tido liberdade para tratar de seus assuntos sem se posicionarem a respeito das questões políticas que a própria revista apresentava. Nesse contexto, no entanto, o que os cabeçalhos e os editoriais permitiram foi realizar, na prática, o que o regime pregava em termos ideológicos, isto é, tornaram palpável a noção de cultura política.” (Paiva, 2011, p.171).

Os primeiros efeitos da saída de Lourival, em julho de 1942, se fizeram sentir já na edição de setembro, que abandona a editoração vigente até então. A partir da substituição de Fontes pelo major Coelho Reis as seções fixas que marcaram os dezoito

¹ Ângela de Castro Gomes (1999), em História e historiadores e Valéria da Silva de Paiva (2011) são duas autoras que interpretam o percurso da revista dessa maneira.

primeiros números do periódico são abandonadas². Em seu lugar, aparece uma série de seções cuja regularidade na publicação varia. O controle das Forças Armadas sobre o DIP também se revela na revista por meio do protagonismo assumido pelos articulistas militares. A partir de então, a revista se afasta progressivamente da intelectualidade brasileira e do diálogo com a elite civil, tornando-se cada vez mais um instrumento de mobilização militar em tempos de guerra. Esse processo é gradual e só atinge seu auge nos últimos momentos da publicação, dominada quase na sua integralidade por militares em seus últimos números. A própria centralidade da revista como instrumento intelectual do regime parece diminuir no decorrer destes anos de controle militar. Valéria da Silva de Paiva (2011) aponta para alguns elementos concretos que podem sugerir esse movimento, como a troca do papel em que a revista era impressa. Uma informação aparentemente banal indica a dedicação de menos recursos ao periódico e de menor preocupação com sua qualidade editorial.

Esta qualidade foi uma das preocupações que nortearam a construção de Cultura Política. A revista pagava aos seus articulistas um valor superior à média do mercado e imprimia seus exemplares em papel de elevada qualidade. Havia também uma preocupação em vendê-la a preços acessíveis para um amplo público leitor, sem que houvesse a pretensão de cobrir os custos da publicação, que superavam em aproximadamente três vezes o seu valor de venda. A tiragem inicial de três mil exemplares também é reveladora da importância que se atribuía à revista no momento de seu lançamento.³

Mencionadas algumas das características gerais de Cultura Política, cabe refletir brevemente sobre o seu lugar no Estado Novo. Este deve ser pensado a partir das concepções de Almir de Andrade, considerado o “menor” dentre os grandes intelectuais do regime – Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna (Paiva, 2011). Sua proposta, quando convidado para editar a nova revista do DIP, passava pela consolidação de um acordo tácito entre o regime e os intelectuais, percebidos como fundamentais para

² Ângela de Castro Gomes (1999) afirma que a passagem da primeira para a segunda fase da revista se dá por volta do número 15, mas a verdade é que, pelo menos do ponto de vista da editoração, a estrutura é mantida até setembro de 1942 (número 19), quando aparecem as novas seções e, principalmente, as antigas são abandonadas.

³ Estas informações foram retiradas da entrevista concedida por Almir de Andrade ao CPDOC, citada em Paiva (2011, pp. 32-34). Nessa entrevista, Andrade afirma que os recursos nunca foram problema para a revista, que era vendida em bancas de jornal ao custo de Cr\$ 3,00.

a construção da nova ordem. Esta aproximação entre intelectuais e o Estado se evidencia pelo casamento entre cultura e política, a primeira organizada pela segunda.

“A “ordem política” vem primeiro: ela é a instância criadora de qualquer tipo de desenvolvimento, como todo o projeto ideológico estado-novista reafirma sempre. Mas, em relação ao mundo da cultura, ela assume uma função tutelar particularmente estratégica e difícil, que se exprime pelo uso da categoria de “permissão do político” à evolução intelectual. A “singularidade” dessa “permissão”-relação estaria, a nosso ver, no fato de a política-estado ter como par complementar os intelectuais, atores e criadores por definição dos bens simbólicos que alimentam a própria mecânica de funcionamento do poder.”(Gomes, 1999, p.135).

Como afirma a passagem do livro de Ângela de Castro Gomes, a relação entre Cultura e Política não é unidirecional. Ao mesmo tempo em que a política tem uma função fundamental na organização da cultura, esta representa uma etapa importante da própria constituição da política e das formas de poder. O realismo político que informava as reflexões dos pensadores autoritários da época apontava para uma construção na qual a defesa da autoridade forte no Brasil derivava de nossas particularidades, da nossa cultura. O princípio basilar destas reflexões é o de que o poder político deve ser constituído sempre em conformidade com a tradição de cada sociedade, com a cultura da mesma. O que estes pensadores apontaram como fracasso da experiência liberal-republicana no Brasil era justamente a inadequação de modelos europeus para a nossa realidade. Nesse sentido, justifica-se o esforço de conhecimento do Brasil em todas as suas dimensões, como instrumento que permite aprimorar a política:

“A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes de inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido superior de orientação para o bem comum. Cultura e política são, por isso mesmo, indissociáveis.”(Almir de Andrade, CP, abril de 1941, p.7)

Ao conhecer a cultura, a sociedade, a história e as tradições do povo brasileiro, Cultura Política garantia condições para que o regime se aproximasse cada vez mais de sua vocação. Como se sabe, essa é uma estrutura de pensamento que dispensa a democracia política. O que interessa não é a expressão da vontade, mas sim o conhecimento da realidade profunda, que pode escapar aos próprios contemporâneos. Assim sendo, o intelectual ganha papel de relevo no esforço de construção do Estado uma vez que, mais importante do que apreender a vontade popular é capturar a essência da nação. Essa essência não pode ser capturada pelo voto, ela deve ser objeto de um esforço por parte de uma elite capaz de entendê-la para além do óbvio. Daí a centralidade

dos intelectuais. A idéia de construir em Cultura Política um “espelho do Brasil” acaba atribuindo um duplo sentido ao periódico. Por um lado, a revista difunde a ideologia do regime, bem como suas realizações, voltando-se para a sociedade. Mas, por outro, ela cumpre uma função de trazer para dentro da estrutura do Estado um instrumento de conhecimento do Brasil, que pode servir à própria organização deste Estado. Nesse sentido, ela olha tanto para dentro quanto para fora do governo.

O lugar especial reservado à cultura na construção intelectual de Almir de Andrade garantiu uma diversidade considerável no corpo de contribuições presente em Cultura Política. A cultura era concebida em função da política, e esta como resultado das condições estabelecidas por aquela. Por essa razão, manifestações culturais que partiam de figuras críticas ao governo foram incorporadas nas páginas de Cultura Política. Almir de Andrade tinha uma relação de confiança com alguns intelectuais que não podiam ser considerados simpatizantes do regime. Ele acreditava na necessidade de representar na revista tudo aquilo que fosse brasileiro na sua essência. Segundo Paiva, essa confiança não derivava de laços de amizade, mas sim do reconhecimento de Andrade acerca da competência destes intelectuais nos seus campos. Era o caso de Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Rachel de Queiroz. Essa relação para além da política tem sentido dentro do quadro mais geral do pensamento de Andrade, no qual a cultura ocupa um lugar especial. A proposta de um diálogo com os intelectuais, especialmente no que tange ao campo cultural, tem uma forte relação com o projeto mais amplo de conhecimento do Brasil. A pretensão de envolver as principais figuras da elite brasileira no processo de construção do regime também orientou este diálogo, que conferia maior legitimidade à revista. Ao estabelecer uma relação com o campo cultural que ultrapassasse a imposição de uma doutrina do regime, o periódico buscou angariar legitimidade junto aos intelectuais do país, tornando-se um canal de comunicação reconhecido.

A idéia de um diálogo cordial (Paiva, 2011) entre o regime, por meio da figura de Andrade, e o campo cultural perde força com a troca de comando no DIP, quando a idéia de mobilização em função do conflito mundial passa a prevalecer. A autora identifica uma perda de espaço dos intelectuais como interlocutores do regime:

“Ademais, o que podemos perceber pela citação acima é que a alta função de intermediação que os intelectuais haviam exercido deixava de existir: eles não

somente haveriam se afastado do governo, mas também dos trabalhadores – do povo, enfim.” (Paiva, 2011, p.184).

É importante ressaltar que a noção de diálogo com pensadores críticos ao regime está restrita ao campo cultural, não se expressando nas seções políticas da revista. Ao tratar da relação construída pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, com intelectuais do campo cultural, Helena Bomeny (Bomeny, 2001) mobiliza a idéia de que a cultura goza de uma condição diferenciada em relação à política. No texto intitulado “Infidelidades eletivas: intelectuais e política”, a autora trabalha com a associação entre cultura e contingência histórica, com a relação entre intelectuais e a política. Segundo Bomeny, as obras artísticas são “perdoadas” de sua relação com a política no momento de um juízo histórico:

“É como se a arte fosse maior que a política em sua permanência, transcendência e atemporalidade, em sua insuperável capacidade de emocionar e em sua insubmissão às contingências e conjunturas. (...) A defesa da arte minimiza o constrangimento dos vínculos de seus criadores com programas, projetos, ideologias e políticas criticáveis. É a arte, em sua transcendência e imortalidade, e não os seus criadores, como mortais, que está sendo absolvida.” (Bomeny, 2001, p.32).

Se as artes gozam de um status privilegiado na avaliação posterior que se faz da relação entre os homens e a política – especialmente no caso de uma política autoritária -, a separação parece ter funcionado também no próprio período histórico em questão. Em outras palavras, se posteriormente os pesquisadores julgam de maneira diferente artistas e intelectuais cujo perfil se associe mais à formulação de políticas públicas, a divisão parece ter sido verdadeira também para os atores envolvidos nos processos estudados. Ao passo que Capanema tolerava artistas próximos da esquerda em seu gabinete, no que tange à política educacional seu ministério foi extremamente rígido no afastamento de figuras como Anísio Teixeira. Na educação, a tolerância com o pensamento divergente foi menor, ou inexistente, na comparação com o campo cultural. Essa lógica presente no Ministério da Educação e Saúde parece se fazer sentir também no âmbito da revista *Cultura Política*. Para fazer essa afirmação com um grau de segurança maior, seria necessário estudar a revista de maneira ainda mais aprofundada, coletando um conjunto maior de artigos. Não obstante, as leituras selecionadas indicam o funcionamento do mesmo mecanismo no periódico, uma separação entre cultura e política que garantia à primeira certa autonomia em relação à segunda. Desta autonomia deriva um espaço que tolerava a presença de intelectuais que não se colocassem como porta-vozes do regime e,

pelo contrário, tivessem posições críticas a ele. Já no campo da política, prevalece uma perspectiva mais doutrinária, na qual a margem para a divergência quase desaparece.

Ainda que o lugar dos intelectuais, especialmente os do campo cultural, tenha variado ao longo dos anos de publicação da revista, a mesma manteve ao longo de todo tempo uma característica comum, a de tentar espelhar o Brasil. As bases teóricas que informaram a definição deste objetivo foram discutidas, com ênfase no realismo político. Isso significa que, mesmo após a saída de Lourival Fontes do DIP e a entrada de um comandante militar, Cultura Política manteve dentre seus objetivos a elaboração de um retrato amplo da realidade brasileira. Ela adquiriu novas características, tal como evidencia a forte presença da idéia de mobilização no corpo do periódico a partir de 1942. No entanto, Cultura Política nunca deixou de ser uma “revista mensal de estudos brasileiros”, como afirmava sua própria descrição. Apesar da demissão de Lourival Fontes ter produzido consequências no periódico, a permanência de Almir de Andrade como editor ao longo dos mais de quatro anos de publicação garantiu a persistência de alguns pontos fundamentais do projeto.

Andrade entendia o Estado Novo como um agente de renovação, melhorando a sociedade brasileira a partir de sua própria realidade. A lógica do binômio conservação-mudança, tão presente no pensamento autoritário da época, encontra-se representada também nas reflexões de Andrade. Esse é um dos elementos decisivos para a valorização da cultura. Segundo Andrade, a cultura era algo nacional, particular, enquanto a civilização era algo mais abrangente:

“Nesta acepção, a civilização apaga as diferenças e acentua o que é, ou deveria ser, comum entre os povos, enquanto a cultura enfatiza as particularidades dos grupos, as diferenças nacionais. (...) Assim, sem abandonar o conceito de civilização, enquanto acentua os aspectos comuns da evolução, o autor lança mão do conceito de cultura, capaz de dar conta de sua interpretação da vida social brasileira. A cultura abrangeria toda a atividade humana em sociedade.” (Lippi, 1982, p.36)

Essa construção faz muito sentido do ponto de vista da construção da imagem de “homem” existente nas páginas de Cultura Política. Como o meio natural molda o homem, é a civilização, como superação da natureza, que traz o lado comum entre os humanos. É a trajetória de progressivo domínio dos instintos que permite a aproximação entre tipos de homem diversos. É diferente de uma idéia de igualdade natural, porque nesse caso o meio produz homens diferentes.

Entretanto, essa aproximação do conceito de civilização não pode obscurecer o papel da cultura na conformação do homem e, por consequência, da experiência política. Por isso, a tradição tem um papel fundamental no pensamento de Andrade. Em “História e historiadores” (1996), Ângela de Castro Gomes analisa os percursos pelos quais a revista *Cultura Política* construiu uma narrativa sobre o passado brasileiro. A ênfase nos costumes regionais e no folclore são etapas cruciais desta “operação” historiográfica. Este exercício de reconstrução do passado tem relação íntima com o processo de construção do conceito de “homem” apresentado nas páginas do periódico. Tanto a busca pelo passado quanto a definição do homem remetem à busca pela captura de um “espírito nacional”, manifestado nos “costumes, na raça e na memória” (Gomes, 1996). A raça não era uma referência às características biológicas do homem brasileiro, mas sim a conteúdos socioculturais.

De acordo com Gomes, a seção de folclore, por exemplo, constrói uma imagem do homem brasileiro que o divide em dois tipos, o sertanejo e o litorâneo. Este é o tipo de construção que só se torna possível a partir de uma noção de raça que não se prende ao conteúdo biológico, mas sim ao meio regional. É interessante reparar que a valorização da região não é conflitante com a defesa da centralização política. Aliás, o próprio conceito de região mobilizado no período parece enfraquecer o localismo, ao deslocar o estado como uma unidade de análise da política e da sociedade. Priorizavam-se as realidades regionais e não estaduais. A região era também um espaço diferente da cidade, onde o operário e o malandro dominavam a cena. Por isso mesmo, o regionalismo era uma espécie de depósito da tradição, um “espaço de experiência” considerado ideal por Andrade. O recurso à tradição reforça a idéia de compreensão do homem a partir da sua relação com o meio físico, ao mesmo tempo em que enfraquece a perspectiva de uma natureza humana. A busca pela essência do brasileiro não pode ser contemplada por teorias que se desenvolvam a partir da idéia de diferenças raciais, como apontava Oliveira Vianna. Esta é uma das razões especuladas por Paiva (2011) para a ausência de Vianna dentre o corpo de articulistas da revista. Andrade interpretaria o autor como um pensador excessivamente focado na determinação racial do homem, ao passo que ele mesmo se aproximava mais das idéias de Gilberto Freyre acerca da formação histórica do homem brasileiro. Sobre Vianna, a autora afirma que a percepção de Andrade era a seguinte:

“se era certo que ele havia incorporado à sua análise elementos de ordem cultural, o fato é que sua posição ainda pressupunha um determinismo unilateral em que todas as mudanças culturais acabavam sendo subordinadas à potencialidade hereditária e absoluta da raça.” (Paiva, 2011, p.44).

O pensamento culturalista de Andrade valorizava diversos elementos na formação do homem brasileiro. A herança ibérica se destacava dentre as demais, seguida pela africana e, por último, pela ameríndia (Gomes, 1996). Mas essa valorização não se dava num registro rousseauiano, que identificava índios e negros como “bons selvagens”. Pelo contrário, estes elementos eram ressaltados apenas como componentes de uma mistura que rendeu resultados positivos na conformação da experiência brasileira. Ainda que fale muito no homem brasileiro, a categoria fundamental de Andrade parece ser o povo, considerado substrato da política e portador de uma essência nacional que é mais coletiva do que individual.

No que tange ao homem propriamente dito, as idéias de Andrade parecem se aproximar muito das de Paulo Augusto de Figueiredo. A influência do catolicismo nesse ponto particular do pensamento é evidente:

“Para Almir, a valorização do indivíduo não é uma conquista do liberalismo, mas uma conquista da civilização, da evolução da cultura humana, e tem suas origens no direito romano. A evolução do direito, colocando a lei no lugar do arbítrio, corresponde a este processo de crescente respeito ao indivíduo. O autor considera também ser este um dos grandes méritos da doutrina social da Igreja: o respeito à pessoa humana. Esta identificação do indivíduo com a pessoa humana aproxima sua visão ao pensamento doutrinário da Igreja Católica.” (Lippi, 1982, p.39).

Seja através de sua concepção de povo, seja por meio de suas impressões sobre a pessoa humana, Almir de Andrade exerceu papel determinante na construção da imagem do homem apresentada nas páginas da revista Cultura Política. O quadro mais geral do seu pensamento, a divisão de trabalhos proposta entre cultura e política e a indissociabilidade entre as duas permitem compreender as discussões que se seguem. A heterogeneidade existente no conteúdo de Cultura Política exige uma análise de seu pensamento mais cuidadosa do que a que se apresentou aqui, limitada por questões de tempo e espaço. Não obstante, boas análises de seu pensamento são encontradas em Paiva (2011) e Lippi (1982). Para os efeitos deste estudo, dois pontos merecem atenção especial.

O primeiro, mais geral, é a relativa restrição à divergência no campo das discussões acerca de políticas públicas. Diferentemente do que ocorreu no campo

cultural, no que tange ao debate educacional houve limitações significativas à manifestação de posições que divergissem das linhas adotadas pelo Ministério da Educação e Saúde, mesmo quando simpatizantes de projetos alternativos falaram na revista. Dentro da burocracia do governo, Andrade não foi um ator passivo e sua percepção intelectual acerca da experiência do Estado Novo informou decisões importantes no âmbito da revista. A não participação de Francisco Campos no periódico é um exemplo desta movimentação burocrática. Em entrevista ao CPDOC, Andrade revela a percepção de que sua entrada no governo tinha o objetivo de servir como contraponto ao “direitismo” de Campos (Paiva, 2011). Como este, outros casos poderiam corroborar esta idéia de que Cultura Política foi também um instrumento na disputa inter-burocrática do Estado Novo.

O segundo ponto diz respeito ao conceito de “homem” propriamente dito. Se a preocupação fundamental de Andrade parece ter se concentrado no povo e em suas raízes, não deixa de ser importante ressaltar a rejeição da idéia de raça como uma influência decisiva sobre os rumos da publicação. No contexto mundial das décadas de 1930 e 1940, a adoção de teorias centradas na raça como natureza, como condição imutável e hierarquizada, era um caminho até certo ponto comum. Assim sendo, a exclusão dessa possibilidade e a adesão a um viés culturalista de compreensão do homem representam a marcação de uma posição expressiva no debate intelectual do período. Esta orientação se traduz de maneira clara nos textos publicados pelos articulistas de Cultura Política sobre o tema. Dentre os colaboradores, o que parece expressar maior conformidade com as idéias de Andrade é justamente Paulo Augusto Figueiredo, o nome que mais vezes aparece no tratamento do conceito de “homem” nas páginas da revista. Este, por sua vez, se liga de maneira mais clara ao catolicismo do que à exaltação do folclore e da tradição, também presentes na obra de Andrade. Nesse ponto, a adesão intelectual ao catolicismo representa uma ponte de diálogo importante com o debate educacional que se construiu ao longo da década de 1930. Vamos a ele.

4. O debate educacional

O estudo das maneiras pelas quais o conceito de “homem” é mobilizado nas páginas da revista Cultura Política aponta para uma discussão acerca da necessidade de formação deste homem. Diversos são os métodos que se pode pensar na tarefa de formar

o homem e muitas são as instituições que podem reivindicar essa função. Desde o exército até a corporação profissional, muitos poderiam ser os caminhos escolhidos para a socialização dos indivíduos. No entanto, poucos parecem tão óbvios quanto o da educação, cuja essência própria consiste no desejo de formação do homem. Nesse quadro, o papel da escola adquire uma relevância ímpar e a definição de suas características passa a ocupar um lugar central no debate público. Num momento em que muito se discutia o caminho pelo qual deveria se desenvolver a educação no Brasil, o conceito de “homem” empregado em Cultura Política parece favorecer uma opção por um projeto particular.

A década de 1920 marcou uma virada fundamental na maneira de se conceber a educação no Brasil. Nesse período, figuras como Anísio Teixeira, Francisco Campos e Fernando de Azevedo implementaram reformas de sistemas estaduais de educação que apontavam para a necessidade de superação do modelo clássico de ensino da Primeira República. Esse movimento, que será brevemente discutido adiante, abre um amplo debate sobre a construção de uma política nacional de educação, trazendo a pauta para o centro da agenda pública. Com a Revolução de 1930, o novo governo sinaliza a importância que atribuiria à questão por meio da criação do Ministério da Educação e Saúde⁴. A nova pasta, inaugurada ainda no ano de 1930, seria entregue ao mineiro Francisco Campos. A permanência de Campos a frente do ministério não é longa e, em setembro de 1932, o mineiro foi substituído por Washington Pires, que ficaria no cargo até o ano de 1934, quando o também mineiro Gustavo Capanema assume a função. Capanema permaneceria como ministro até a queda do Estado Novo, no ano de 1945. Seus onze anos como ministro garantiram a hegemonia de um projeto de educação que derrotou fortes adversários na década de 1930. Os artigos relacionados à educação na revista refletem a posição vencedora neste debate mais aberto da década de 1930. Isto, no entanto, não significa que outras perspectivas não aparecessem no periódico. A questão é que, quando representantes de outras vertentes do pensamento educacional tinham a oportunidade de se colocar no espaço da revista, as intervenções não se levantavam contra os adversários tradicionais. Em outras palavras, se a década de 1930 assistiu à disputa entre diferentes correntes e projetos de educação, na década de 1940, quando os representantes destas correntes falaram no principal veículo de difusão ideológica do

⁴ Para a criação do Ministério da Educação e Saúde ver Bomeny, “Os intelectuais da educação” (2003).

regime – a revista *Cultura Política* -, essa fala não se construiu em contraposição aos pressupostos basilares do projeto vencedor, o Católico.

Cabe ressaltar que as linhas que separam as visões educacionais do período por vezes não são tão claras. Para além da divisão entre católicos e escolanovistas, cujas divergências são mais evidentes, é difícil situar outras perspectivas existentes à época. Com o objetivo de cumprir minimamente esta tarefa de exposição será utilizada a separação proposta por Schwartzman, Bomeny e Costa no livro “Tempos de Capanema”, de 1984. Os autores sugerem que quatro grandes projetos disputaram a política educacional no decorrer da década de 1930. O primeiro seria aquele responsável pela inauguração de um sistemático debate nacional no tema, o Movimento da Escola Nova, liderado pelos renovadores da década de 1920, especialmente por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O segundo seria o projeto católico, cujo porta-voz mais destacado foi Alceu Amoroso Lima e com o qual o ministro Gustavo Capanema se comprometeria ao longo de sua gestão. Um terceiro modelo de educação defendido no período foi o de Francisco Campos, de inspiração fascista. E, por fim, um último projeto de educação identificado pelos autores seria o das Forças Armadas, que já está presente na década de 1930, mas ganha maior impulso com o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. O debate que se constituiu entre estes atores teve seu momento mais aberto na primeira metade da década de 1930, antes do levante comunista de 1935. No entanto, salvo raras – mas não desimportantes - exceções, como Anísio Teixeira, as principais figuras que estiveram mobilizadas no contexto dos anos 1930 permaneceram atuando no campo educacional na segunda metade da década e também nos anos 1940. Assim sendo, ainda que não de maneira tão franca como antes, o debate permanece vivo durante o Estado Novo, observando, contudo, uma mudança na correlação de forças entre os atores envolvidos. O progressivo alijamento de Francisco Campos nessa área específica da administração pública e as restrições impostas aos escolanovistas representaram severas limitações da arena de discussões. Isso evidencia que, apesar de vivo, o debate educacional não refletia mais um terreno de possibilidades abertas, onde os atores de diferentes correntes pudessem imaginar a possibilidade de definir um ou outro rumo para a estrutura educacional do país. O processo que implicou nessa mudança de panorama pode ser compreendido através da análise do percurso dos projetos de educação ao longo do período.

5. Os artigos educacionais na revista Cultura Política

A revista *Cultura Política* teve dentre suas marcas distintivas o fato de reunir pensadores de matrizes teóricas e posições políticas muito diversas. Ao longo dos anos em que circulou, o periódico contou com contribuições que, frequentemente, variavam das linhas defendidas pelo governo, através de seus ministérios. No caso da educação, as manifestações que aparecem na revista são também muito diferentes. Embora o espaço para o debate público tivesse se fechado consideravelmente com o advento do Estado Novo, muitos dos atores portadores de projetos considerados derrotados – com atenção especial ao caso do Movimento Escola Nova – continuavam atuando na burocracia do Ministério da Educação e Saúde ou em outras instituições ligadas ao setor educacional. Estas figuras aparecem em algumas ocasiões como articulistas da revista *Cultura Política*. No entanto, sua atuação é limitada, do ponto de vista do conteúdo abordado em seus textos. Em momento algum, as bandeiras escolanovistas que afrontavam os interesses católicos aparecem na revista.

Nos primeiros dezoito números do periódico, a educação não era objeto de uma seção específica. Os artigos relacionados ao tema se encontravam, principalmente, na parte de problemas políticos e sociais. A partir de setembro de 1942, no número dezenove da revista, uma seção foi criada com o intuito de discutir as questões educacionais do país. A mudança na editoração da revista ocorre logo após a troca de comando no Departamento de Imprensa e Propaganda, quando Lourival Fontes foi substituído pelo major Antonio José Coelho dos Reis, em julho do mesmo ano. Desde então, a educação apareceu constantemente como uma seção da revista, embora não tenha estado presente em todos os números publicados. A data da troca de comando no Departamento de Imprensa e Propaganda e as mudanças editoriais na revista coincidiram também com a entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Este conjunto de elementos, certamente interligados entre si, parece ter sido determinante para a entrada de temáticas, ou pelo menos de um vocabulário, que até então não faziam parte da revista. O tema dos laços americanos entre Brasil e Estados Unidos é o melhor exemplo. Mediada pelos estadunidenses, a entrada brasileira na Segunda Guerra Mundial produziu como efeito uma série de iniciativas no sentido de construir a idéia de uma certa convergência natural de interesses entre os dois países, ou

de uma origem comum que os unia. Passou-se a ressaltar as virtudes do modelo americano, por vezes aproximando-o do Brasil e por vezes identificando-o como um caso de sucesso de acordo com as particularidades daquela nação. Esse elemento é importante porque nem sempre os discursos elogiosos aos Estados Unidos que se produziram no contexto da revista *Cultura Política* buscavam importar as características daquela sociedade para a nossa. Em muitos casos, tratava-se apenas de enaltecer alguns pontos positivos de lá, mas reafirmando que, diante das nossas particularidades, o caminho brasileiro deveria ser outro. No que tange ao vocabulário, a democracia e a liberdade começam a aparecer com frequência maior. Ainda que os termos sejam mobilizados num sentido próprio, em acordo com a experiência política vigente no país, não deixa de ser significativa sua aparição de maneira mais constante.

Outro efeito da entrada brasileira na guerra e do comando militar sobre o Departamento de Imprensa e Propaganda foi o crescimento das participações de integrantes das Forças Armadas no corpo de articulistas da revista. A dedicação a temas militares e mesmo à participação de militares em temas tradicionalmente considerados civis, como a educação, cresce exponencialmente a partir desse momento. Foi em meio a esse contexto que se criou a seção de educação de *Cultura Política*. Antes de setembro de 1942, o tema educacional ocupa o centro das preocupações de onze artigos da revista. Após a criação da seção específica, são mais quarenta contribuições, além de algumas discussões que se relacionam com o tema educacional, mas aparecem em outras seções correlatas, como a de história. Em alguns números, como as edições de aniversário do regime, em novembro de cada ano, a seção de educação não foi publicada. Entretanto, apesar da irregularidade, o volume de contribuições no tema permite uma conclusão em favor da centralidade do debate educacional no período, tal como afirmado pela apresentação inicial deste capítulo. Todos os aspectos do sistema educacional são abordados na revista. O processo de formação do homem é concebido na sua integralidade, atentando-se para a escola, mas não somente. Parques, a família, os clubes e outras instituições são discutidos como agentes de socialização. Questões como a higiene, a alimentação e as condições dos prédios escolares são amplamente debatidas. A valorização da educação física aparece nesse contexto, de preocupação com a saúde dos homens que se formam. Um olhar rápido sobre os títulos dos artigos dedicados à

educação evidencia essa preocupação com todos os aspectos do processo formativo, para além das questões exclusivamente intelectuais.

Uma leitura pouco cuidadosa da conjuntura política do país poderia sugerir que os artigos educacionais de *Cultura Política* reverberavam as idéias dos militares ou dos católicos, hegemônicos no Ministério da Educação e Saúde. A trajetória do debate educacional a partir da década de 1930 sugere um alijamento completo dos atores ligados ao Movimento Escola Nova, uma restrição crescente ao projeto fascista de Francisco Campos e um fortalecimento gradual do catolicismo e do militarismo no campo da educação. Contudo, a análise dos artigos educacionais presentes na revista aponta para uma realidade um tanto mais complexa. As contribuições relativas à educação, e especialmente a seção de educação, não foram dominadas exclusivamente por pensadores alinhados com os projetos católico ou militar. Ainda que tenham prevalecido na maior parte dos casos, houve espaço também para articulistas que defendiam ideais mais próximos ao escolanovismo. Dentre os quatro projetos educacionais identificados por Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), e apresentados neste capítulo, apenas o fascista de Francisco Campos parece não ter lugar em *Cultura Política*.

No entanto, por mais que seja possível identificar essa diversidade nos artigos da revista, os limites do projeto católico são preservados. É por essa razão que o argumento central apresentado aqui é o de que os artigos educacionais da revista *Cultura Política*, assim como a imagem do “homem” construída no periódico, favorecem um projeto específico de formação deste “homem”, o projeto católico. Quando os articulistas simpáticos ao escolanovismo escrevem na revista, eles não defendem as bandeiras fundamentais do movimento – escola pública, universal, gratuita e laica. Da mesma maneira, quando os militares se dedicam ao tema no âmbito da publicação, não se colocam posições que pudessem contrariar os interesses da Igreja. A compatibilidade entre os projetos católico e militar, discutida anteriormente, facilitava este tipo de comportamento por parte dos oficiais que escreviam na revista. Não obstante, os pontos de possível atrito, como um maior controle militar sobre o processo educativo, eram evitados. Além de determinar os limites do que os portadores de outros projetos educacionais poderiam falar na revista, o catolicismo teve também os seus defensores. Como se evidencia pela discussão da imagem do “homem” existente na revista, a concepção católica de sociedade e de educação esteve fortemente representada no

periódico. Na seção de educação também são diversos os artigos que adotam uma perspectiva do tema claramente identificada com este projeto. Assim, embora tenha havido uma certa pluralidade nos atores que contribuíram para a discussão educacional em Cultura Política, essa pluralidade foi marcada pelos limites estabelecidos pela hegemonia do projeto católico para o campo. Dessa maneira, cabe investigar de que forma se deu essa participação de outros atores na revista.

Na medida em que a presença das Forças Armadas se torna mais constante, a revista Cultura Política se torna cada vez mais propagandística. Ainda que tenha sempre sido um veículo oficial de difusão ideológica, a linha editorial da revista manteve um esforço constante para incluir perspectivas divergentes nos seus debates. Se as críticas ao governo nunca abundaram no periódico, tampouco se pode dizer que se tratasse de uma forma pura de propaganda ideológica. Nos últimos números da revista, quando as posições das Forças Armadas começam a dominar a seção de educação – e as demais -, o debate parece não existir mais. Se por um lado afirmamos que este debate nunca foi franco e nem completamente livre, por outro, é forçoso reconhecer que houve algum espaço para a veiculação de idéias associadas ao projeto que entrou para a história como o principal derrotado da década de 1930, o do Movimento Escola Nova. Isto, por si só, aponta para um desejo de tornar a revista algo mais complexo do que um folheto de realizações do governo. Essa intenção se perde no momento final do periódico, seja pelo desejo do seu editor, pelo novo controle do Departamento de Imprensa e Propaganda ou pela conjuntura nacional e internacional que informava aquele momento. Mais importante do que discutir as razões desta transformação no interior da revista, é esclarecer a separação do conteúdo de Cultura Política em diferentes momentos, de maneira a compreender quando houve possibilidades efetivas de debate e quando esta se tornou apenas um canal de comunicação das idéias militares. O que se pode depreender da análise dos artigos educacionais escritos por militares na revista, especialmente nos últimos números, é que estes estão descolados de qualquer pretensão de discussão com os demais atores do universo da educação. Eles não parecem se comunicar com os demais agentes envolvidos no processo de formação dos homens. Essa é uma diferença marcante em relação aos artigos que defendem as posições católicas e escolanovistas, que se colocam sempre uns em relação aos outros.

É muito difícil aferir na prática o quanto de poder cada estrutura da burocracia civil do governo perdeu frente aos militares no contexto da Segunda Guerra Mundial. Também é impossível determinar o quanto esse militarismo se tornou dominante no momento de queda do Estado Novo. Cabe, no entanto, afirmar que, independentemente deste breve período de hegemonia militar nas questões educacionais – pelo menos do ponto de vista do debate intelectual expresso na revista *Cultura Política* -, as grandes questões do setor seguiram influenciadas pelo catolicismo e mesmo pela sua crítica. Passada a guerra e o Estado Novo seriam os católicos e alguns pioneiros os que voltariam a disputar os rumos da educação no país.

6. O “homem” em *Cultura Política*

A discussão educacional apresentada no capítulo anterior conforma um pano de fundo para a construção do conceito de “homem” nas páginas de *Cultura Política*. Isto porque, como se discutirá a seguir, este conceito é sempre carregado de um significado que exige um processo de formação dos indivíduos. Por mais que seja múltiplo, o homem que aparece no periódico sempre reivindica a necessidade de algo novo, melhor. Nesse sentido, ao conceito de “homem” estão associadas derivações como “o homem brasileiro” ou o “homem novo”. Enquanto o primeiro se relaciona de maneira mais íntima com a imagem que se têm do homem existente, considerado ignorante e incapaz, o último apela ao que pode nascer por obra do novo Estado inaugurado em 1937. Trabalhar a construção de um conceito nas páginas de um periódico, como no caso de *Cultura Política*, impõe desafios diversos. Dentre eles, encontra-se o próprio tratamento do conceito escolhido e das palavras necessárias à construção do argumento.

O objetivo colocado aqui é o de compreender a maneira pela qual se construiu, nas páginas de *Cultura Política*, um modelo de relação do indivíduo com o Estado que esteve mediado linguisticamente pelo conceito de “homem”. Este não foi o único conceito fundamental do ponto de vista desta relação entre o indivíduo e a política, mas certamente esteve entre um dos mais importantes trabalhados na revista. A exposição anterior, relativa ao mundo da educação brasileira nas décadas de 1930 e 1940 se deve aos resultados encontrados nesta pesquisa, acerca do “homem” de *Cultura Política*, uma vez que este conceito esteve sempre acompanhado da exigência de um processo adequado de formação, de socialização. Se na seção de educação do periódico há uma

certa pluralidade, ainda que confinada a limites bem estabelecidos, quando falamos do conceito de “homem” há uma opção clara pelo projeto católico de formação do indivíduo e de organização da sociedade, em sentido mais amplo. Afinal, quando falamos do processo de formação do indivíduo é disso que se trata, do modelo de sociedade que se busca projetar no futuro através da ação educadora da escola no presente. Nesse quadro, a imagem do “homem brasileiro” construída nas páginas de Cultura Política e o projeto de “homem novo” que corresponde à mesma apontam para o catolicismo como uma chave de organização da política e da sociedade. Em outras palavras, ao tratar do conceito de “homem”, os autores de Cultura Política selecionados neste estudo estão apontando a necessidade de pensar num processo formativo como caminho para a construção de uma política harmoniosa, o que não poderia ocorrer de maneira sustentada no caso de persistência daquele homem existente, do “homem brasileiro”, da “massa” amorfa de então. Dentre os articulistas analisados neste capítulo, o de maior destaque é Paulo Augusto de Figueiredo, um dos muitos intelectuais médios do Estado Novo.

Pensar o período 1937-1945 do ponto de vista de sua riqueza intelectual significa olhar para os mais variados aspectos da vida social, contemplados nas reflexões de atores sociais bastante diversos. Para além de um panteão formado por consagrados pensadores, fossem estes ideólogos do regime ou não, há uma infinidade de outros autores que, naquele momento específico, participaram de maneira muito presente dos principais debates intelectuais que animavam a vida pública brasileira. A maioria destes não passou à posteridade e suas obras são pouco estudadas, mas a análise de suas reflexões pode contribuir para a montagem de um quadro mais geral do pensamento e da linguagem política no período.

As referências constantes que estes pensadores médios fazem aos grandes intelectuais do regime estadonovista – Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral – não os torna meros reprodutores de um pensamento canônico. Na realidade, em boa parte dos casos, estes autores considerados menores levaram as obras centrais a consequências inesperadas, desdobrando suas estruturas argumentativas em função da análise de novas temáticas.

Esse é o caso de Paulo Augusto de Figueiredo, uma figura central na compreensão de como o conceito “homem” é trabalhado nas páginas da revista Cultura

Política. Somando seus diversos artigos publicados em diferentes seções do periódico com um conjunto de outros textos da revista que tocam no tema é possível reconstruir algumas das imagens do “homem” de Cultura Política. Ao fazer isso, não se pode ignorar as possíveis divergências existentes entre os articulistas da revista, mas mesmo assim, por meio dos pontos de contato, pode-se desenhar uma espécie de fio condutor que os une a um projeto político bastante claro: conhecer o homem existente no Brasil para transformá-lo.

Assim sendo, o conceito de “homem” em Cultura Política aparece sempre de maneira complexa, ora remetendo ao que se identifica como o existente, ora projetando o futuro, o ponto a ser alcançado. O processo de construção dessa dialética e as origens intelectuais desta forma de pensamento serão discutidas adiante, não sem antes fazer uma breve introdução ao personagem que ocupa papel de destaque neste estudo.

7. Paulo Augusto de Figueiredo e o conceito de “homem” nas páginas da Revista Cultura Política

Entre Março de 1941 e Janeiro de 1945, Paulo Augusto de Figueiredo escreveu pelo menos onze artigos publicados na Revista Cultura Política, o que o torna um dos principais articulistas do periódico. Para além da quantidade e da persistência no tempo, em todos os momentos da publicação, a presença de Figueiredo se destaca pelo lugar ocupado na editoração da revista, sempre em seções fundamentais, como as de doutrina política ou no trato dos problemas políticos e sociais. Em outras palavras, não seria equivocado afirmar que o autor era tido em alta conta pela direção de Cultura Política.

No conjunto de seus artigos, o homem aparece como uma entrada na discussão dos fundamentos do Estado e da política. Sua preocupação fundamental parece ser a justificação do regime vigente por meio da identificação de suas bases humanas. Nesse sentido, seus escritos seguem uma estrutura bastante parecida, que vai da rejeição de outras formas de governo para o Brasil até a identificação dos elementos que tornam a institucionalidade vigente a mais apropriada. Essa construção depende, em grande medida, da idéia de particularidade, ou seja, ela se faz a partir da noção de que a singularidade da nossa formação social exige uma solução também particular no plano político. O realismo político foi, seguramente, a doutrina mais influente no período do Estado Novo, do ponto de vista dos homens envolvidos na burocracia do Estado e no

processo de formulação teórica acerca da experiência em processo de construção. Sem o mesmo, é impossível compreender o pensamento político de Paulo Augusto de Figueiredo e, por consequência, suas reflexões acerca do homem.

Em suas formulações sobre o Estado Novo, Figueiredo se apóia em duas influências fundamentais, Aristóteles e José Ortega y Gasset. As citações de Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral também são constantes, mas em menor grau na comparação com os dois autores estrangeiros. Na realidade, dos dois pensadores mais mobilizados por Figueiredo, destacam-se apenas três livros, que aparecem em quase todos os artigos publicados pelo autor em *Cultura Política*: “A Política”, de Aristóteles, e “El tema de nuestro tiempo” e “Rebelión de las masas”, de Ortega y Gasset. Do primeiro, Figueiredo parece tirar suas idéias acerca das origens do Estado, principalmente no que diz respeito a uma linha que vai do indivíduo à comunidade política, passando pela família. A noção de interesse individual realizado no interesse coletivo também remete às suas leituras do filósofo grego. Já de Ortega Y Gasset, Figueiredo parece derivar sua concepção de povo, bem como a identificação das funções primordiais da elite dirigente. Por contraditório que possa parecer um autor tão centrado nas particularidades do povo brasileiro derivar suas noções de povo de um pensador estrangeiro, o foco aqui recai sobre a função de cada parte na organização mais geral da sociedade. A massa, historicamente mantida na ignorância por elites sem um sentido político adequado, deve ser dirigida e educada. O próprio projeto de formação de um “homem novo”, dentro do Estado Novo, passa também por essa influência.

O realismo político que informa a obra de Figueiredo tem como premissa fundamental a idéia de que é necessário conhecer a realidade para construir um regime político que se adeque à mesma. Nesse sentido, a ação política é dependente de instrumentos auxiliares, como a sociologia, a história e a geografia, que assegurem o conhecimento do meio, tanto do ponto de vista social quanto do natural. Para construir o Estado, é preciso conhecer o clima, o relevo, o percurso histórico das populações e das instituições e o homem, substrato social de qualquer regime político.

A revista *Cultura Política* encontra sua função no Estado Novo a partir desse projeto político. Na perspectiva dos responsáveis pela publicação, como Almir de Andrade, ela consiste num instrumento valoroso de conhecimento do Brasil, etapa

fundamental para o aprimoramento do Estado Nacional. Advém daí o destaque conferido aos problemas políticos e sociais, que permitem o conhecimento das necessidades do país, e também à história nacional, caminho para desvendar o caráter e a vocação histórica do povo brasileiro.

8. O homem

“Povo inculto, pobre, doente, o povo brasileiro não era livre o bastante, nem bastante educado, para com ele se tentar a experiência. As conseqüências do sufrágio universal ainda estão visíveis: a degradação do caráter do povo (com a venda do voto), o seu apassivamento (a que se apelida de “carneirismo”), o advento desse tipo funesto, chamado “coronel” (geralmente bronco e mau) de quem dependia a vida municipal” (Figueiredo, CP, janeiro de 1942, p.41).

Como colocado anteriormente, na revista analisada, e no Estado Novo de uma maneira mais geral, o conceito de “homem” comporta uma dualidade e uma estrutura temporal complexa. Ao mesmo tempo em que ele serve à representação de uma imagem do existente, essa imagem carrega em si um argumento em favor da mudança. Ao remeter ao passado, e ao processo histórico de formação do que naquele momento seria o “homem brasileiro”, o conceito não deixa de mirar o futuro, o “homem novo”. É um diagnóstico que, quase que naturalmente, vem acompanhado da prescrição de um remédio. Por isso, as noções de inspiração e formação caminham juntas. O Estado que se inspira na realidade do “homem brasileiro” é o mesmo que busca formá-lo. Ao afirmar que “partindo do homem, todos os caminhos do Estado Novo vão dar no homem” (Figueiredo, CP, janeiro de 1942, p.46), o autor parece querer dizer que partindo do homem existente, todos os caminhos do Estado Novo vão dar no “homem novo”. Na perspectiva de Figueiredo, o homem é o produto da soma de uma série de elementos universais conjugados a características que são determinadas pelo seu meio mais imediato, ou seja, pela nação. Mas essa complexidade embutida no conceito analisado não parece se resumir a uma questão de escala temporal ou de expectativa. Ela está presente também na concepção de sociedade que é trazida para dentro do conceito de “homem”. Isto porque Figueiredo trabalha sempre numa chave de diferenciação entre o dirigente e o povo, entre a elite e a massa. Essa fissura está representada nas diferentes maneiras como o conceito de homem é empregado. Não obstante, o homem segue como unidade fundamental de análise.

A passagem destacada acima, de um dos artigos do autor na revista Cultura Política, evidencia que, na sua perspectiva, existe uma forte relação de determinação entre a realidade humana de cada país e o seu regime político. O sufrágio universal não só não teria funcionado, como teria produzido uma deformação no povo brasileiro, por não estar em conformidade com o substrato humano aqui encontrado. Novamente, a organização do universo político tem como requisito uma sociologia que a suporte. Sem esse percurso, da sociologia à política, os regimes que se constroem não tem bases adequadas e, portanto, são falsos e demagógicos, condenados à ruína.

A compreensão destas bases sociológicas da política remete ao que é da ordem do nacional, o que não exclui o que é humano, do ponto de vista universal. Este nacional condensa processos históricos, fatores geográficos de determinação do comportamento humano e a própria constituição étnica do povo brasileiro. Segundo Figueiredo, quase todas as etnias conhecidas se fundem no “homem brasileiro”, o que significa que este tem traços raciais variados e uma riqueza psicológica “inexcedível”. Estas características apontam para a possibilidade de que o povo brasileiro seja o povo do futuro. Ao fazer essa afirmação, está implícito que a variedade presente na formação étnica do brasileiro não havia apresentado vantagens tão significativas até aquele momento. Se nos trechos em que Figueiredo faz diagnósticos sobre o homem ele transparece uma projeção particular do futuro, nos momentos em que faz prognósticos ele não deixa de estabelecer, implicitamente, uma visão do passado. Assim, a riqueza étnica que aponta uma possibilidade interessante no futuro, numa sociedade crescentemente complexa, não representa uma trajetória plenamente satisfatória, quando o olhar recai sobre o passado, e mesmo sobre o presente.

Mesmo sendo fruto de uma mistura, o “homem brasileiro” tem origem européia, sendo os acontecimentos, ou pelo menos as idéias, do velho continente os responsáveis por influenciar de maneira mais direta nos movimentos decisivos da história brasileira. No entanto, o “sangue europeu sofreu aqui profundas alterações”, recebendo aportes americanos, importantes contribuições para a civilização. Isso significa afirmar o valor das formações sociais que se produziram no continente americano após a chegada dos europeus. Não se trata propriamente de uma valorização de elementos indígenas ou nativos, no seu estado “puro”, mas sim dos resultados que a mistura entre europeus e americanos produziram. O elogio se estende às contribuições que teriam sido oferecidas

pelos Estados Unidos ao progresso técnico e moral da humanidade, entendida em sentido mais amplo. Os elementos europeus, assim como os de outros lugares, vão se fundindo ao que é encontrado aqui. O meio os modifica, “a terra os vai moendo, caracterizando, unificando”. É esse processo que dá origem à nação, no caso brasileiro. Por mais que a idéia de mistura seja valorizada, ao se considerarem os aportes americanos à civilização, o objetivo não consiste numa exaltação do índio ou do negro. Na realidade, o foco continua sobre o europeu, mas atentando-se para aquilo que ele produziu em condições completamente diferentes, imerso num meio natural totalmente diverso daquele encontrado no seu continente natal. É como se, apesar da mistura e de seu valor, o europeu continuasse como único agente da história, ou pelo menos como seu protagonista absoluto.

Do europeu, de nossas origens, teríamos recebido aquilo que ele tinha a nos transmitir de humano, de eterno. Nesse ponto, uma contradição bastante marcada se evidencia, pois se o homem guarda em si alguns elementos que são eternos, ou seja, se tem alguma coisa de natureza, esta não pode ser recebida como herança cultural de um povo específico. Como se nota, a idéia de natureza humana é uma concepção relativamente abstrata no pensamento de Paulo Augusto de Figueiredo. Ela se refere a elementos que o homem tem como imutáveis, mas não características que sejam naturais num sentido biológico do termo. É uma espécie de natureza humana ocidental, que não está presente em todos os tempos históricos ou todos os espaços geográficos, mas que nos caracteriza para além das possibilidades de mudança através do artifício humano. O objetivo do Estado deve ser atuar sobre o que o homem tem de contingente, de político e não pretender alterar o que ele tem de eterno, de irreduzível, de intocável. No entanto, estes elementos permanentes não são justificados a partir da natureza humana e sim a partir da herança cristã.

O cristianismo desempenha papel crucial na compreensão do que esse homem tem de eterno, de universal. É por isso que a noção de natureza é tratada de maneira tão particular por Figueiredo, pois é por meio da religião que se encontram os elementos universais do homem. A partir dessa perspectiva, se torna mais compreensível a afirmação de que o homem brasileiro herda o universal do europeu. A fé cristã não é uma presença constante nos artigos de Paulo Augusto de Figueiredo na revista Cultura Política. Contudo, sua presença em alguns momentos é reveladora dos percursos pelos

quais o autor constrói sua argumentação. Somente em novembro de 1943, no artigo intitulado “A pessoa humana no Estado Nacional”, o tema é trabalhado de maneira mais consistente. Na ocasião, Figueiredo afirma que a compreensão humana só pode ser feita dentro dos limites do cristianismo, uma vez que só o mesmo tem uma visão harmoniosa e superior do mundo. Sendo o Estado também cristão, na teoria e na sua prática, facilitam-se as relações entre ele e os indivíduos. Os fundamentos cristãos do homem constituem a base sobre a qual a obra das nações se edifica. As particularidades da geografia, da história, das etnias e outras se assentam sobre esse mesmo ponto de partida cristão.

Exatamente por essa razão, não há uma clivagem entre o nacional e o universal. O projeto nacional não se constrói em oposição ao que existe nos demais lugares, ele é apenas uma face particular de algo que tem um conteúdo universal. Cabe ao Estado, preservar essas particularidades e saber construir-se a partir delas, compreendendo o caráter das mesmas. Mas não deve o Estado constituir a nacionalidade numa chave de rejeição do que é universal. Este não se choca com o que existe de local, de contingente no homem. O Estado, apresentado como uma técnica de aperfeiçoamento do homem, não deve se colocar em contrariedade com sua própria constituição, ou seja, deve aprimorar também o que este homem tem de universal – ainda que se note uma prioridade definida em favor do elemento nacional:

“Sabemos que todos os homens têm traços comuns, que os confundem no homem, mas não ignoramos tampouco que há distinções, às vezes bem grandes, entre interesses e concepções dos vários povos. Aproveitar e estimular o que é comum a todos os povos – respeitar as diferenças de cada um e exigir que se respeitem as nossas – enfim, olhar o mundo sem esquecer o Brasil e o Brasil sem esquecer o mundo – eis, em síntese, o sentido que o Estado brasileiro dá ao nosso nacionalismo.” (Figueiredo, CP, março de 1942, p.49).

A função do Estado, então, reside na separação entre os elementos universais e nacionais do homem para, a partir daí, desenvolver e aperfeiçoar os dois, cada um à sua maneira, conciliando elementos fundamentais na constituição humana.

Naquilo que o homem brasileiro tem de nacional, Figueiredo desenvolve poucas linhas no tratamento da questão em perspectiva histórica. A maior parte de suas posições pode ser deduzida da maneira pela qual constrói prognósticos e defende soluções para o futuro. Em alguns momentos, o homem, na figura da massa desorganizada, é retratado. Nesses casos, ele aparece sempre como ignorante, bruto, inculto e incapaz de autonomia:

“Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, dividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente; eis o primeiro objetivo.” (Figueiredo, CP, março de 1942, p.48).

A massa encontra-se em estado de fragmentação, de incapacidade de organização, mas uma fragmentação da qual não é culpada, e sim refém. A vida municipal, as divisões provinciais, o regionalismo, em suma, elementos da constituição política pregressa são os responsáveis pelo estado de deterioração no qual se encontravam as massas naquele momento. Esta é mais uma oportunidade aproveitada para condenar a experiência da Primeira República como inadequada para a realidade nacional, bem como para ressaltar a relação entre o político e o humano. De acordo com Figueiredo, no liberalismo, o homem é visto apenas de maneira parcial, sempre fragmentado. Fala-se do “homem político”, do “homem econômico”, do “homem sábio”, mas não se aborda o homem na sua integralidade, esquecendo-se que política, economia e ideologia são aspectos da vida social que gira em torno do homem, compreendido como um todo. Para além da experiência vivida no país, o liberalismo é denunciado nos seus termos teóricos, nas suas proposições consideradas fragmentárias, em oposição à idéia central de integralidade. A responsabilidade pela desorientação e pela desorganização da massa é política. Afinal,

“Sendo imperfeitos, precisam os homens de leis que, no lhes assegurar direitos e lhes impor obrigações, visam não só possibilitar-lhes a vida em comum, como também corrigí-los, aperfeiçoá-los.” (Figueiredo, CP, março de 1942, p.39).

Não obstante, por mais que responsabilize a Primeira República pela condição na qual se encontravam os homens brasileiros, a massa, nos artigos de Figueiredo, parece ter uma espécie de “natureza”, num sentido até mais concreto e rígido do que aquele relacionado ao homem. Embora não se refira muito à natureza humana, Figueiredo trata de maneira relativamente fixa a condição da massa. Ainda que a mesma possa ser educada, esclarecida, organizada e desenvolvida, ela não abandona sua condição de dependência, devendo sempre ser dirigida. Mesmo nos prognósticos mais otimistas acerca do desenvolvimento do homem no ambiente político do Estado Novo, não se excluem as necessidades de autoridade e direção sobre a massa que, por sua própria constituição, não deve governar. Existe uma condição permanente de dependência da orientação que vem de cima, como se fosse esta a “natureza” das massas. O desprezo ao critério das maiorias, característico tanto da democracia liberal quanto do comunismo, “salvou o homem e salvou as massas”. O Estado teria entendido a verdade de que as

massas devem sempre ser dirigidas. Essa condição de permanente incapacidade e desarticulação das massas encontra lugar num contexto intelectual de marcada demofobia. Assim sendo, o povo é constantemente exaltado como fundamento da política, mas a imagem que se desenha do povo não corresponde a um processo de aproximação com a massa.

É também um povo idealizado, cujo retrato, na obra de Figueiredo, enfatiza as raízes cristãs de nossa existência como bases para a construção política em andamento. Embora se ressalte a necessidade de conhecimento do elemento nacional para a conformação da política, na prática, parecem ser os elementos universais – cristãos – os que se sobressaem como virtudes do “homem brasileiro” e, portanto, pontos de apoio para o Estado. No mais, o homem aparece como massa desarticulada, como defeito resultado de uma soma de fatores históricos e naturais. O homem pode ser aperfeiçoado, a massa organizada e dirigida, mas o status desta última permanece inalterado. Nesse quadro, a estrutura social não se modifica, mesmo quando se defende uma democracia social e econômica, que encontra seus limites na autoridade política vertical requisitada pela constituição da sociedade, pelo nosso caráter nacional. Novamente, cabe a ressalva de que o horizonte imaginado não é o da igualdade, especialmente se falarmos de igualdade política.

É diante dessa realidade que o Estado é apresentado como um agente renovador, como o grande responsável pelo projeto de aperfeiçoamento do homem, que ao fim, terá dado origem a um “homem novo”. Os tempos de fragmentação e hiper-individualismo estariam sendo superados por um momento criativo, de respeito ao homem na sua integralidade. A idéia central nesse projeto sustentado por Figueiredo, é a da criação de um “homem total” dentro de uma “cultura total”, como o antídoto perfeito para o quadro de anomia social e desorganização das massas em que o país se encontrava até então. Esta obra teria se iniciado com a Revolução de 1930, mas ainda de maneira errática e pouco direcionada. Com o advento do regime de 1937, ela teria ganhado o impulso de que necessitava para se constituir como o fim primordial do Estado, papel que passou a ocupar, na perspectiva de Figueiredo. Cabe então discutir como Figueiredo conceituou este homem no plano do dever ser.

O “homem novo” é, antes de tudo, integral. Dos artigos de Figueiredo, depreende-se que a primeira mudança trazida pelo Estado Nacional está na maneira como o mesmo trata o homem. Se o projeto de um “homem novo” é algo que está colocado em um momento futuro, algo que requer tempo para sua execução, o tratamento conferido pelo Estado ao homem é algo que pode mudar de maneira imediata. Assim sendo, o Estado deixava de olhar o homem a partir de suas partes para entendê-lo como uma totalidade, deixava de perceber o operário, o cidadão, o intelectual, o político para valorizar o homem, como um fim em si mesmo:

“Procura-se não mais o ‘cidadão’, o ‘operário’, o ‘intelectual’, mas o homem, tão só, o homem que não tem só estomago, mas também coração e cérebro e alma, o homem que não ‘morre’ nas coisas, mas as domina e dirige. Tal a posição do Estado brasileiro, através do novo homem que ele está formando.” (Figueiredo, CP, agosto de 1941, p.134).

A plenitude do homem é considerada uma nova concepção filosófica, que só encontra seu ambiente adequado no Estado Nacional. E isto apenas porque o Estado compreende sua função como organizador da cultura, fora da qual o homem não pode ser formado.

Ainda que defenda a integralidade do homem como princípio fundamental, Figueiredo trabalha constantemente com uma divisão entre o homem como indivíduo e como cidadão. Entretanto, estes dois conceitos subsidiários são utilizados de maneiras distintas nos diferentes artigos de Figueiredo em Cultura Política. Num primeiro momento, a divisão corresponde à separação entre o que existe de nacional e o que existe de universal em cada homem. No artigo “O Estado brasileiro e o sentido do nacionalismo”, de março de 1942, o indivíduo aparece como um conceito que remete às características mais permanentes e universais do homem, enquanto o cidadão é retratado como o aspecto contingente do mesmo. Este último seria determinado pelo meio, fruto da política, preso a contingências locais de espaço e de tempo. Já em agosto do mesmo ano, no artigo “O conteúdo democrático do Estado Nacional”, a divisão entre indivíduo e cidadão é abordada de maneira mais detida. Nessa ocasião, Figueiredo sustenta que, enquanto o indivíduo representa uma dimensão do homem que se relaciona com a cultura, o cidadão guarda a interação do mesmo com o mundo da política. A formação do “homem integral” exigiria a contemplação de ambos os aspectos no projeto do Estado.

A política é apresentada como uma espécie de cultura aplicada, já que ambas se relacionam com o estabelecimento de balizas para a vida humana. Enquanto a cultura permite a racionalização da vida dos homens, a política organiza a mesma, de maneira que ambas constituem sistemas produtores de sentido:

“Se a cultura é, por excelência, o seu fim de realização de indivíduo, a política é a condição de realização de seu fim de cidadão. Donde ser o Estado – onde os homens vivem e que a política organiza – o instrumento de efetivação dos destinos do homem, o individual e o coletivo.” (Figueiredo, CP, agosto de 1942, p.14).

Novamente, é importante atentar para o fato de que a realização individual só se concretiza na sociedade, no plano coletivo. O homem, quer como indivíduo, quer como cidadão, não carrega em si os requisitos para uma vida independente da coletividade. Mais uma vez, política e cultura são resultantes de uma linha contínua que vai do homem ao Estado, expressão da sociedade. Nesse quadro, o retrato do “homem brasileiro” nos artigos de Paulo Augusto de Figueiredo nunca parece se referir a um homem atomizado, isolado, mas sim ao produto coletivo da soma dos homens que habitavam o Brasil. A felicidade do indivíduo só pode ser alcançada por meio de sua inserção na cultura, que é social, coletiva. Esta é provida de sentido coletivo e constitui o meio de realização do homem – entendido como a confluência dos fins do indivíduo e do cidadão. Fora desse plano de realização do homem, a cultura é percebida como vazia e “nesse plano tem um caráter político. Daí corresponder ao Estado integral, um Estado, ou pelo menos uma intenção cultural integral”:

“Ora, o fim supremo da vida é a felicidade. Pessoal, do indivíduo; coletiva, da sociedade. Fins do indivíduo e fins do cidadão se confundem no homem, e o homem não pode realizar-se plenamente a não ser num Estado que penetre sua natureza integral, buscando desenvolver todas as suas faculdades, satisfazer a todas as suas necessidades, efetivar todas as suas aspirações. O Estado há-de, por isso, não se trancar em dogmas frios, estáticos, como no liberalismo, nem se sobrepor ao homem, crendo-se distinto e superior, como no totalitarismo. O Estado há-de, assim, estar sempre em movimento, para acompanhar e traduzir a vida humana, cujos processos de desenvolvimento variam no tempo e no espaço, mas cujo fim é sempre um.” (Figueiredo, CP, agosto de 1942, p.15).

A cultura, portanto, é fundamental para a formação de um homem superior, se levado em consideração que um cidadão superior deve ser, antes, um indivíduo superior. Nesse sentido, a cultura representa uma espécie de mediação social entre o indivíduo e o Estado, captando as direções do movimento inerente às sociedades.

De toda forma, ao trabalhar com as categorias de indivíduo e cidadão, Paulo Augusto Figueiredo não abandona seu horizonte, as relações entre o Estado e o homem, entendido na sua integralidade. Este homem, cujo retrato já foi discutido nas páginas anteriores, precisava ser formado e a definição dos métodos e do tipo de formação do qual seria objeto constituem o foco de análise privilegiado do autor. O “homem novo” é discutido a partir da necessidade de se contemplar os mais variados aspectos, desde físicos até morais.

Segundo Figueiredo, o “homem novo”, o “homem superior de amanhã” será fisicamente saudável, intelectualmente esclarecido, disciplinado, organizado, consciente de seus deveres morais para com a pátria. Esse “novo homem” tem um senso coletivo aguçado, uma vez que entende ser impossível a realização do indivíduo longe da sociedade. Ele sabe que trabalha numa engrenagem maior, que garante a felicidade coletiva. É um homem que supera os males dos regimes anteriores, pois evita o desperdício de energias em discussões estéreis e fragmentações artificiais. Ele é, também, responsável para com a instituição da família, já que entende a importância da mesma para sua própria realização e para a organização da sociedade. A idéia de formar um homem voltado para as questões públicas, comprometido com os valores da família, versado nas humanidades clássicas e saudável fisicamente aparece de maneira clara na reforma do ensino secundário promovida pelo Ministério da Educação e Saúde no ano de 1942. Ao tratar da formação de um “homem novo”, Figueiredo dialoga, inevitavelmente, com o debate educacional em curso no período. Sua definição do homem exige um processo de formação muito particular, aquele defendido pelos educadores católicos próximos ao ministro Capanema. Ao favorecer a construção desta imagem particular do homem, a revista *Cultura Política* favorece também uma das alternativas em disputa no debate educacional – ainda que fosse um debate reduzido neste momento. Se a seção da educação do periódico comporta uma certa pluralidade, no que tange às contribuições de atores diversos deste debate, não se pode dizer o mesmo quando tratamos dos artigos relacionados à descrição do homem – até pela hegemonia de um só autor nesta temática. Assim, ainda que a análise isolada da seção de educação possa dar margem à idéia de uma neutralidade editorial, os muitos artigos de Figueiredo ajudam a definir as posições da direção da revista no tema:

“Visa-se formar um homem fisicamente sã e intelectualmente esclarecido. E não pára por aí a tarefa de reeducação do nosso homem – o Estado Novo procura, mais, dar-lhe uma filosofia, uma razão última de viver, um fim alto a atingir, e, para isso, vem esforçando-se por colocá-lo à altura do empreendimento. Os cuidados para com a família, a mulher, a criança e a juventude representam o ponto de partida para se chegar ao homem superior de amanhã. Porque se compreendeu que só indivíduos superiores serão capazes de se traduzir num povo superior e ocupar um lugar na história.” (Figueiredo, CP, janeiro de 1942, pp.49-50).

Em suma, o “homem novo” de Figueiredo, o “homem integral” é, na realidade, um projeto político, uma alegoria para o ideal de regime que ele defende nas páginas de Cultura Política. Suas virtudes são as mesmas qualidades identificadas no Estado Nacional. Os problemas que deve enfrentar e superar são os mesmos problemas superados pelo Estado Nacional na comparação com o regime liberal anterior. Assim sendo, ao passo que, de maneira explícita, Figueiredo sustenta que o fim do Estado Novo é o homem, de forma implícita, a argumentação do autor leva à conclusão de que o fim do homem é o Estado. Se não o Estado como valor em si, a civilização, que se edifica a partir do Estado.

Ao apagar progressivamente as linhas divisórias que separam o indivíduo do Estado, Figueiredo vai abrindo espaço para que o engrandecimento do homem represente também uma maneira de elevação do Estado, que aparece como uma forma diferente e aumentada de indivíduo. O autor afirma que “o que se quer é a formação de um tipo superior de homem, por conseguinte de uma sociedade superior e de um Estado superior”. O Estado Nacional é sempre descrito como método, como técnica de realização do homem, mas esta está condicionada por ele e sua consequência se desdobra no seu fortalecimento, por meio do povo e da sociedade.

A formação de um tipo humano superior requer necessariamente, na perspectiva de Figueiredo, um projeto de educação em particular. A preocupação com a atividade educadora é uma marca das reflexões do pensador, que a percebe como requisito para a elevação do povo. Assim sendo, o “homem novo” requer um modelo específico de educação. De acordo com Figueiredo, a educação é o principal instrumento de adaptação do homem ao meio e, por essa razão, constitui o método mais eficaz de efetivação dos fins do Estado Novo – o aprimoramento do homem. Este processo de aperfeiçoamento só pode ser pensado na chave da relação entre o homem e o seu meio. O sentido do ensino moderno, na concepção de Figueiredo, está na preparação do homem para sua vida individual, mas também para sua vida coletiva e nacional, como povo. A educação

atenderia às realidades humana e nacional, desenvolvendo tanto a consciência humanística quanto a patriótica:

“A educação, agora, vai muito além das ‘boas maneiras’. Implica culto à nacionalidade, à disciplina, à saúde, ao trabalho, à economia, à moral etc., visto que hoje se situa a pátria, não como uma realidade jurídica e geográfica, tão só, mas também como uma realidade sentimental, étnica, política, moral, espiritual etc.” (Figueiredo, CP, junho de 1943, p.46).

O compromisso de Figueiredo não era com a educação como causa abstrata, mas sim com um projeto de educação que ensejasse a formação do tipo de homem descrito como ideal, o “homem total”. Este, só poderia ser formado num modelo de educação tal como o defendido pelos educadores católicos das décadas de 1930 e 1940. Dentro do objetivo de superiorização do homem, a música é mobilizada como importante instrumento de educação popular. Figueiredo ressalta seu papel na consolidação de uma consciência patriótica. As ciências e as artes contribuem também para a evolução do homem e, por consequência, da sociedade. O Estado deve intervir também sobre o belo, não se limitando ao justo e ao bom. O desenvolvimento de um senso estético contribui para o aperfeiçoamento do homem. A educação física é encarada como um importante aspecto da educação humana, já que garante homens saudáveis e prontos para servir à pátria. A educação cívica e patriótica dá ao homem um sentido nacional, uma noção de pertencimento e de coletividade. Em outras palavras, o modelo de educação defendido por Figueiredo é fundamental para a formação de um homem que sirva à pátria e que entenda seu lugar como peça de uma engrenagem maior, na construção da felicidade coletiva e do engrandecimento do Estado. Por isso o homem deve ser total, pois não basta que seja apenas forte ou tecnicamente capacitado, ele precisa estar imbuído dos valores nacionais, precisa compreender seu destino histórico, que é o destino de toda uma civilização, cuja característica principal é o compartilhamento dos princípios cristãos. Mais uma vez aparece, no caso da educação, o objetivo de valorização do Estado Nacional, por meio do homem. Tal qual discutido anteriormente, se o Estado é apresentado como técnica de realização do homem, este homem também aparece como um meio de valorização do Estado, pela via do fortalecimento da nação.

Este homem total é diferente daquele existente nos outros regimes, porque tem suas reais necessidades contempladas pelo Estado. Com isso, evita-se um mal moderno identificado por Figueiredo, o da mecanização do homem. O advento da máquina trouxe

uma série de benefícios para a vida cotidiana dos homens, o que leva o autor a considerá-lo um progresso inestimável. No entanto, no contexto das outras formas de organização da política, o homem foi colocado a serviço da máquina, que o teria aprisionado. No regime liberal, a busca capitalista pelo lucro a qualquer custo tornaria os trabalhadores escravos das fábricas e indústrias, com reduzidas possibilidades de desenvolvimento humano. Já nos regimes tratados como totalitários, o objetivo de engrandecimento do Estado sobre os indivíduos seria responsável por uma mentalidade produtivista, na qual o progresso material se sobrepõe às necessidades humanas. Em nenhum dos dois casos o homem pode se realizar, pois não se integra ao conjunto social. No primeiro, é colocado em oposição ao Estado e, no segundo, é asfíxiado, aniquilado na sua individualidade. Em ambos, o homem acaba sendo posto a serviço da produção material e não o contrário. Daí a importância de uma educação total, nacional e humanística, para que o homem tenha uma noção correta de seu papel na sociedade e, assim, não se deixe escravizar pela máquina. Este é mais um dos vários aspectos que apontam para a necessidade de formação deste “homem total”.

Este homem, consciente de seu lugar no mundo, compreende a importância da família para a realização individual. Para o homem, a família é um espaço de formação da personalidade, uma reserva de segurança diante das incertezas do mundo. A família desempenha, para o indivíduo, um papel semelhante ao que a sociedade desempenha para o Estado, é a sua base moral e econômica. Sendo nela que o homem se apóia, deve o Estado se preocupar com o seu cuidado, tendo em vista que o seu fim é a realização do homem:

“O Estado nacional, tendo no homem o seu leit-motiv, tinha, forçosamente, de cuidar da família, que é o elemento por excelência de vida do homem, o seu ‘clima’ sentimental, a sua base moral e econômica, a fonte onde ele haure as forças secretas e profundas para a formação de sua personalidade. A família humaniza, sim, o homem; é o seu meio de vida individual, tão necessário e influente quanto a sociedade, que é o seu meio específico de vida pública, de cidadão.” (Figueiredo, CP, junho de 1943, p.47).

Essa percepção de que a família é o “clima” sentimental do homem justifica a adoção de políticas especiais com vistas à preservação da instituição. A relação com o cristianismo é evidente nesse caso, em que a valorização de uma unidade fundamental para as religiões cristãs assume protagonismo. O homem é pensado por Figueiredo em todas as dimensões possíveis e, constituindo o fim último do Estado, justifica a

intervenção do mesmo em todos os campos da vida que até então se considerava particular. Em um momento de fortalecimento do sentido de público, Figueiredo justifica pelo homem a flexibilização dos domínios privados da vida. Obviamente, a separação entre público e privado não é natural e está condicionada pelas contingências históricas de cada momento. O que nesse caso específico se processa, no campo da reflexão teórica – mas não sem consequências para a legislação e para a vida cotidiana -, é uma valorização da dimensão pública e uma expansão de seus limites. Ao estabelecer a felicidade do homem como responsabilidade do Estado, Figueiredo alarga os domínios sobre os quais este Estado deve atuar, de maneira que ele contemple todas as dimensões da vida humana.

É digno de nota que, nos artigos publicados por Figueiredo na revista *Cultura Política*, o papel da mulher não chega a ser discutido de maneira aprofundada. Sua tipificação do homem leva a crer que pensasse apenas no sexo masculino quando se refere ao homem. Nesse sentido, o vocábulo não chegaria a ter o sentido de humanidade, como a totalidade da espécie. As próprias concepções de família defendidas pelo autor indicam uma abordagem que não aponta para um estatuto igualitário entre homens e mulheres na sociedade. No entanto, esta afirmação não passa do terreno da especulação, tendo-se em vista que o autor não trata do tema de maneira a resolver a dúvida.

Conclui-se, assim, que o “homem novo” preconizado por Paulo Augusto de Figueiredo é um homem cristão, inserido na família, fisicamente são e intelectualmente bem formado. Nutrido de valores morais elevados, este homem contribui para a obra coletiva da nação. Sua formação é mais do que um dever, é o próprio fim do Estado Nacional, razão pela qual a educação assume um papel-chave nas reflexões teóricas do autor. Todos os aspectos do homem se relacionam com a educação e com a maneira pela qual este homem é formado. Exatamente por isso, é importante entender a relação das propostas de Figueiredo com os projetos educacionais que disputaram a política pública de ensino no período varguista. Mas, para além da discussão sobre as pontes entre a obra de Figueiredo, os projetos educacionais do período e os artigos relacionados ao tema em *Cultura Política*, cabem alguns comentários acerca de outras contribuições à revista que tinham como objeto o conceito de “homem”.

9. Conclusão

Como se nota, a mobilização do conceito de “homem” nas páginas da revista *Cultura Política* é diversa. Enquanto alguns textos focam no processo de formação do mesmo, dedicando atenção especial para sua relação com o meio natural, outros buscam perceber o lugar do homem como indivíduo dentro da sociedade. Nesse caso, a família, os sindicatos e o exército são instituições trazidas como componentes desse quadro mais geral responsável pela formação do homem. O que fica evidente é que, seja nos artigos com pretensão mais descritiva, seja naqueles que buscam prescrever modelos de comportamento, o papel da educação é fundamental, uma vez que existe uma obra em andamento de formação do homem – considerada uma função essencial da política.

As discussões acerca do homem e de seu processo formador, a educação, apontam para o favorecimento de uma perspectiva católica de organização da sociedade. Tal como debatido antes, isso não é verdadeiro no caso de todos os artigos publicados em *Cultura Política*. No entanto, constitui uma orientação dominante no que tange à abordagem destes temas na revista. Ainda na década de 1930, quando o movimento católico se organizava em torno das eleições para a assembléia que formulou a constituição de 1934, foram escolhidas três bandeiras principais que os deputados simpatizantes do movimento deveriam defender – o ensino religioso nas escolas públicas, o reconhecimento de efeitos civis para os casamentos religiosos e o direito dos sacerdotes servirem ao exército como capelães. A Liga Eleitoral Católica, liderada por Alceu Amoroso Lima, foi responsável pela difusão destas plataformas dentre os deputados constituintes, contribuindo decisivamente para a aprovação das três, chamadas à época de “emendas religiosas”. Dentre as emendas religiosas da Carta de 1934, que constituíam o núcleo das preocupações do movimento católico nas suas relações com o Estado, duas bandeiras aparecem de maneira clara no material selecionado para este estudo. A nova institucionalidade criada pelo Estado Novo, por meio da constituição de 1937, não alterou de maneira significativa a posição da Igreja Católica dentro das disputas burocráticas do governo e dos debates já consolidados na sociedade. Nesse sentido, o ensino religioso nas escolas públicas e a defesa do casamento religioso seguem como elementos que articulam a ação e o pensamento católico. Na revista *Cultura Política* estes dois elementos estão contemplados nos debates acerca da educação e também nas discussões acerca do homem. Enquanto na seção educacional da revista o projeto católico fornece os limites do que pode ser discutido, na discussão acerca do conceito de

“homem” evidencia-se um elogio à família e à sua centralidade para a organização da política. Da mesma forma, a imagem do homem que se trabalha na maior parte dos textos, com destaque para as reflexões de Paulo Augusto de Figueiredo, aponta para a necessidade de um processo formador correspondente àquele defendido pelos católicos ao longo dos anos 1930.

Se, apesar de todas as tensões existentes nos artigos que versam sobre o “homem” em Cultura Política, podemos destacar um fio condutor da construção teórica desse conceito, este fio é a reivindicação de um processo formador. Em todos os casos, independentemente do aspecto do homem que se aborde, e de como se aborde também, a necessidade da educação aparece de maneira explícita. Isso ocorre porque, em todos os casos, o homem é percebido em função da sociedade, na relação com o coletivo, com o Estado. Nesse quadro, ele é apresentado como uma figura imperfeita dentro dessa relação, como uma figura que, apesar de fornecer o substrato desse Estado, não tem condições de, por si só, cumprir plenamente o seu destino natural. O retrato sempre crítico do homem, tal como o “existente” no Brasil, contrasta com a sua celebração como base fundamental da organização da política. No entanto, essa contradição se atenua se levarmos em consideração que, na construção teórica dos autores discutidos, o homem comum parece não conhecer a si mesmo. Nesse sentido, ele é substrato da política apenas na medida em que líderes ciosos da vocação nacional brasileira têm a capacidade de conhecê-los no seu núcleo, no seu caráter, para além da expressão de sua vontade. Contudo, justamente por não se conhecer, por ter uma compreensão insuficiente de seu lugar na sociedade e de seu papel na promoção da felicidade coletiva, esse homem precisa ser formado, educado. A conclusão é que a imagem do “homem” construída em Cultura Política requer uma ponte com a discussão dos projetos educacionais em disputa nesse momento. São estes que determinam qual homem será formado, em que bases sua educação será constituída.

Referências Bibliográficas:

BASTOS, Elide Rugai. Paulo Augusto Figueiredo e o Pensamento Autoritário no Brasil. IN: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis (Orgs). **Intelectuais e Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, pp.121-142.

BOMENY, Helena Maria Bousquet. Novos Talentos, Vícios Antigos: os renovadores e a política educacional. **Estudos Históricos** – os anos 20, v. 6, n. 11, p.24-39, 1993.

_____. Três Decretos e Um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp.137-166.

_____. Infidelidades Eletivas: intelectuais e política. IN: BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001, pp.11-35.

_____. **Os Intelectuais da Educação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. A Construção do Homem Novo. VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, pp.151-166.

_____. **História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **O futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e Política: o pensamento de Almir de Andrade. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, pp.31-48.

_____. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. IN: BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001, pp.37-58.

PAIVA, Valéria da Silva de. **Diálogo Cordial**: *Cultura Política*, os intelectuais e as letras do Estado Novo. Rio de Janeiro, 2011. 203p. Tese (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual. IN: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982, pp.71-109.